

Divida Externa

## O exemplo do México

Merece destaque o fato de o primeiro contato internacional da equipe econômica do presidente eleito ter sido feito com o sr. Armeane Choski, chefe do Departamento Brasil do Banco Mundial (Bird). Efetivamente, o organismo teve atuação decisiva no processo de reajuste de países como a Argentina e o México. O encontro se deu justamente no mesmo dia em que era fechado o pacote financeiro com o governo do México, acordo que, segundo o secretário do Ministério da Fazenda daquele país e principal negociador com os bancos credores, vai permitir o esquecimento do problema da dívida externa mexicana nos cinco próximos anos.

O funcionário do Banco Mundial deixou bem claro que o Brasil, desde que em condições de apresentar um programa de ajuste coerente, poderia contar com o apoio da instituição internacional e voltar a receber um fluxo positivo de capitais. Acrescentou o sr. Choski que o programa que lhe foi apresentado pela profª Zélia Cardoso de Mello parecia constituir uma boa base para que o Banco Mundial colabore com o Brasil,

com vistas à ampliação dos recursos liberados pela instituição.

O México, que conseguiu levar a bom termo um acordo com os bancos credores, contou para tanto com o decisivo apoio do Banco Mundial e do FMI. Foi apresentado aos credores um cardápio variado para que pudessem escolher a melhor maneira de reduzir a dívida externa. Decidiu-se que a dívida com os bancos, num montante de 48 bilhões de dólares, será reduzida sob três formas. Na sua maior parte (41%), os bancos optaram por uma redução do principal em 35%, ou na proporção de 49% por uma atenuação das taxas de juros (para 6,25%), limitando-se o aporte de *new money* a 10% do total da dívida. As duas primeiras opções foram possíveis graças à aquisição, pelo governo mexicano, de "bônus de garantia" (com *coupon* zero) avalisados pelo governo de Washington, o que mostra a importância de um bom entendimento com o Tesouro norte-americano.

É preciso, todavia, bem esclarecer que tal ajuda não teria sido viável se o governo mexicano não tivesse apresentado — e aplicado — sério programa de ajuste eco-

nômico. No cerne desse ajuste firmou-se um pacto social, isto é, um acordo entre governo, empresários e assalariados. Hoje, verifica-se que finalmente o programa deu certo, que a inflação caiu violentamente no México, o que lhe permitiu voltar a crescer em bases sólidas. Paralelamente, o país abriu suas portas ao capital estrangeiro visando à ampliação dos investimentos que garantem, muito mais do que o consumo estimulado pela inflação, a saúde de uma economia.

Por que não seguiria o Brasil o mesmo caminho? Não seria oportuno que os nossos sindicalistas, que recusam qualquer pacto social, visitassem o país latino-americano (e não Cuba) para, em contatos com seus colegas mexicanos, avaliar os efeitos do compromisso social que firmaram? Não há dúvida de que um pacto social, para poder ser aceito, deve abranger uma distribuição equitativa (isto é, não-igualitária) dos sacrifícios.

Fala-se muito dos lucros das empresas financeiras e não-financeiras obtidos em 1989: pode-se pensar que, sendo tais lucros sa-

tisfatórios quando reaplicados em investimento, cumpriria aos empresários aceitar alguns sacrifícios em 1990, mesmo com redução da rentabilidade, para que se recoloca o País na boa direção. Cumpriria igualmente a operários que trabalham em setores privilegiados (caso da Petrobrás) abandonar um grevismo que põe a economia em perigo.

O novo governo foi eleito pela maioria, o que lhe confere credibilidade, incumbindo por sua vez ao Congresso assumir suas responsabilidades neste momento particularmente delicado. Ora, os sacrifícios que serão pedidos à Nação a partir de 15 de março ocorrerão numa economia que não está em recessão, que apresenta a menor taxa de desemprego dos últimos anos e com situação cambial ainda promissora. Todas as condições estão assim reunidas para que um plano econômico possa apresentar bons frutos, com o apoio, indispensável, da comunidade financeira internacional, na medida em que formos capazes de mostrar nossa real intenção de impor ordem à economia nacional.

ESTADO DE SÃO PAULO

18 JAN 1990